

10 e 11 de setembro de 2004

## **TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO: DISCUTINDO CONCEITOS**

*Vanda Ueda<sup>1</sup>*

**Resumo:** Discutir conceitos é importante para os que trabalham no âmbito das ciências humanas e sociais. Atualmente o turismo tem buscado uma aproximação no que se refere a conceitualização do território, desenvolvimento local e até mesmo de categorias que abrangem as atividades turísticas. Nosso objetivo é discutir tais conceitos a partir da Geografia, entendida como uma ciência capaz de integrar os fatores físicos e humanos com a finalidade de compreender, explicar e interpretar a organização do espaço. Esse conhecimento deve procurar resultados capazes de ser aplicados em conjunto com outras ciências. Pensar o turismo como atividade que proporcionará o desenvolvimento local, que adquirirá sentido e se legitimará como boas práticas.

**Palavras-chave:** território; desenvolvimento local; turismo; geografia e conceitos

Nas últimas décadas do século XX assistimos importantes mudanças no que se refere ao paradigma existente, uma vez que o processo de globalização tem gerado uma grande abertura a novos estudos relacionados à escala local e ao desenvolvimento econômico local. O território, entendido como campo de relações e interações entre os fatores diversos é o fio condutor dessas pesquisas e ao trabalhar com atividade turística não podemos abandonar e deixar de lado essas duas categorias.

A situação social, econômica e política atual têm caracterizado por mudanças radicais do ponto de vista das inovações tecnológicas e nos processos de produção, uma vez que levam a uma reorganização do território em todos os níveis, quer sejam eles locais, regionais, nacionais ou globais, Isso faz com que essa reorganização crie novas relações socio-espaciais. Do ponto de vista epistemológico encontramos conceitos que segundo alguns autores estavam ultrapassados,

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS. vandaueda@uol.com.br

mas a necessidade de explicar alguns fatores de ordem econômico, social e cultural fizeram com que houvesse a retomada desses conceitos. Um desses conceitos importantes para a discussão de desenvolvimento local e a sua articulação com as atividades turísticas é o de território. Nesse processo de globalização estudar o território, o desenvolvimento local e o turismo são tentativas de valorizar os espaços locais, que constitui escalas de análises de um mundo plural e global. Portanto, nosso objetivo é analisar os conceitos de território, desenvolvimento local e turismo.

Nosso artigo está dividido em três partes: a primeira em que discuto o território como ponto de partida para o desenvolvimento local, a segunda parte analiso a conceitualização do desenvolvimento local e a terceira discutiremos o papel do turismo neste processo global e suas articulações com o local.

### **O território: ponto de partida para o desenvolvimento local**

O território aqui entendido como campo de relações e interdependências, é o elemento vertebrador de todos aqueles processos que tem influência sobre o espaço e que atua em determinada sociedade. Portanto a análise da estrutura territorial, de seus componentes e de seu funcionamento são elementos fundamentais para a sua atuação vinculada ao desenvolvimento local (MOLTO Y HERNANDEZ, 2001: 419).

Neste sentido, é importante analisar e discutir sobre o que entendemos por território. O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar (não é sinônimo). Esteve durante muito tempo ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Atualmente, muitos são os investigadores que vinculam o conceito de território à idéia de poder. CORRÊA (1997:251) acrescenta que outros conceitos como territorialidade e espacialidade não devem ser empregadas de modo indiferenciado. Etimologicamente território deriva do latim *terra e torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação.

O território é, então, o espaço territorializado e apropriado. A apropriação pode ser feita de forma concreta ou abstrata, por exemplo, pela representação. A passagem do espaço ao território ocorre num processo de *produção do espaço*, na medida em que este é balizado, modificado, transformado por redes e fluxos (rodovias, circuitos comerciais e bancários, rotas...) que aí se instalam. Para muitos, falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não estando traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com determinado recorte espacial (CORRÊA, 1995).

Neste sentido, fomos buscar no *Dicionário de Urbanismo*, publicado por geógrafos e arquitetos espanhóis e analisar o que eles entendiam por território. Para os autores é o espaço geográfico em sentido amplo (terrestre, marítimo, aéreo, subterrâneo) atribuído a um ser individual ou a uma entidade coletiva. Acrescentam que na biologia se aplica a um conjunto amplo de referentes desde sua adscrição a um indivíduo ou a uma espécie (vegetal ou animal) com um âmbito de expansão ou possível localização, ou como espaço marcado para ser utilizado de forma exclusiva como habitat, âmbito de campeio ou de caça, entre outras possibilidades. Em este sentido, se relaciona estreitamente com a noção de domínio. No território, uma vez demarcado, estabelecem-se limites que são expressamente defendidos. Com relação aos fatos humanos, o termo território alcança também, outro sentido, ademais do espaço, adaptado as necessidades do grupo ou sociedade que o ocupa e a transforma de acordo com necessidades de mudança em um processo de territorialização. Como âmbito demarcado e atribuído a um ente político se converte em conjunto espacial que requer ser administrado o governado unitariamente. O território alcança inclusive o valor de componente fundamental para a definição do estado, junto com a língua, a cultura e as normas comuns de convivência. (ZOIDO, F. Et all, 2000:351).

Já os autores RAFFESTIN E TURCO (1984:45) analisam que o território é produzido a partir das redes, circuitos e fluxos projetados sobre os grupos sociais. Uma vez que toda superfície é passível de ser tecida em malhas, sendo que esse sistema de malhas não é único, a partir daí pode estabelecer ao menos um caminho entre dos pontos dessa superfície, sendo que este caminho não é único uma vez que se ele estiver unido à pelo menos três pontos da superfície, pode-se estabelecer uma rede. HAESBAERT (2000:135) por sua vez acrescenta que o território tem um sentido mais amplo que região, pois envolvem as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais. Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e (relativa) estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de mobilidade controlada, como o território-rede das grandes corporações transnacionais.

RAFFESTIN (1988:272) afirma que o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera (...) o acesso ou não a informação comanda o processo de territorialização e desterritorialização das sociedades. É a teoria da comunicação que comanda nos nossos dias a ecogênese territorial e o processo de T-D-R (territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade). Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto para quem se encontra no território e está sujeita a gestão do mesmo, e ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da

população de fazer parte de um território, de integrar um território. Dialéticamente a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita (ANDRADE, 1994:216).

HAESBAERT (2004:40) faz uma síntese das várias noções de território e agrupa essa concepção em três vertentes básicas:

- *política ou jurídico-política*: através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes-mas não exclusivamente- relacionado ao poder político do Estado;
- *cultural ou simbólico cultural*: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- *econômica*: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Portanto, o território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente que é a organização espacial. Assim, o território é o espaço revestido da dimensão política, cultural e econômica ou ambas. Neste sentido, é necessário saber o que entendemos não só por território, mas também por territorialidade e desterritorialidade. A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, pelo Estado, por diferentes grupos sociais e pelas empresas. Cada território apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os vários territórios não formam um mosaico regular ou irregular, mas assemelham-se as múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio. A desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. As novas territorialidades ou re- territorialidade, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos (HAESBAERT, 2002 e 2004).

Nessa direção, ROBERT SACK (1986) define territorialidade como tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através

da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Ele enfatiza portanto o controle da acessibilidade, o território definido, sobretudo através de um de seus componentes, a fronteira, forma por excelência de controlar o acesso.

Segundo SANTOS E SILVEIRA (2001:19-20) o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence (...) este sentido de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território. Adotando essa linha impõe-se a noção de espaço territorial, um estado, um espaço, mesmo que as nações sejam muitas. Esse espaço territorial esta sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um estado, um espaço. O que interessa discutir é então o território usado como sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Acrescentam que o território é visto como uma unidade e diversidade é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas do momento atual.

Entretanto, a mobilidade das pessoas, das idéias e dos objetos possibilitam que o Turismo promova as novas regiões e as novas relações sociais, econômicas e territoriais, onde essa atração através das atividades turísticas possam impulsionar o desenvolvimento econômico local, principalmente nas regiões periféricas.

### **Conceito de desenvolvimento econômico local**

Podemos definir o desenvolvimento econômico local como um processo de crescimento e de mudança estrutural que vai utilizar o potencial de desenvolvimento existente em um território, levando a melhoria e o bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. VÁZQUEZ BARQUERO (1988) assinala que a partir do momento que uma comunidade local seja capaz de

liderar e mudar a forma estrutural do processo de desenvolvimento, este passa a ser chamado de *desenvolvimento endógeno*.

Se formos buscar uma metodologia para o *desenvolvimento endógeno*, temos como ponto de partida as localidades e os territórios. Cujo conjunto de recursos quer sejam eles econômicos, humanos, institucionais, culturais e de economias de escala - até então não explorada - constituem seu potencial de desenvolvimento. Cada localidade ou território caracteriza-se, por exemplo, por uma determinada estrutura produtiva, um mercado de trabalho, um sistema produtivo, uma capacidade empresarial com conhecimento tecnológico, uma adoção de recursos naturais e das infra-estruturas, um sistema social e político, uma tradição e uma cultura, sobre os que se articulam os processos de crescimento econômico local.

Em um momento histórico concreto, uma cidade, município, ou região, por iniciativa própria pode realizar novos projetos que permitirão iniciar ou continuar pela via do desenvolvimento competitivo. Nas economias de mercado, a condição para que aumente o bem-estar local é necessário que exista um sistema produtivo capaz de gerar economias de escala a partir do conhecimento tecnológico, de uma adoção de recursos naturais, da utilização de recursos disponíveis e da introdução das inovações.

O conceito de desenvolvimento reúne um conjunto de características que dão uma configuração específica. Antes de qualquer coisa, o desenvolvimento local faz referência aos processos de acumulação de capitais das cidades, dos municípios e de regiões concretas. A disponibilidade de oferta de mão-de-obra, suficientemente qualificada para as tarefas que realiza e os poucos conflitos, estes vinculados a uma capacidade empresarial e organizativa, que tradicionalmente se articula a produção local e estando atenta às inovações e as mudanças tecnológicas, facilitam a acumulação de capitais nesses processos produtivos locais. Portanto, se trata de um processo de desenvolvimento econômico, que se caracteriza pela organização sistêmica das unidades de produção, favorecendo a competitividade das empresas locais nos mercados nacionais e internacionais.

A organização do sistema produtivo local formado por redes de empresas proporciona a geração de economias de escala e a redução de custos de transação e, portanto, rendimentos crescentes e conseqüentemente um crescimento econômico.

Para que os processos de desenvolvimento endógeno funcionem, necessitam que os atores sociais utilizem com eficiência o potencial econômico local, uma vez que o mesmo se vê facilitado pelo funcionamento adequado das instituições e dos mecanismos de regulação do território. A forma de organização produtiva, as estruturas familiares, as tradições locais, a estrutura social e cultural

e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento local, que favorecem ou limitam a dinâmica econômica e, determinam a marca específica de desenvolvimento das cidades, municípios e regiões (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

O desenvolvimento local endógeno obedece a uma visão territorial e não funcional dos processos de crescimento e das mudanças estruturais, que parte da hipótese que o território não é somente um suporte físico dos objetos, das atividades e dos processos econômicos, e sim um agente de transformação social (FRIEDMAN e WEABER, 1979).

A economia de cada cidade, município ou região se vincula ao sistema de relações econômicas do país em função da sua especificidade territorial, e de sua identidade econômica, política, social e cultural. Neste sentido, o conceito de *desenvolvimento endógeno* concede um papel predominante nas empresas, nas organizações, nas instituições locais, na sociedade civil, nos processos de crescimento e mudança estrutural. Segundo STÖHR (1981) é uma aproximação de baixo para cima, os atores locais, quer sejam ele público ou privado são os responsáveis pelas ações de investimentos e de controle dos processos do desenvolvimento econômico.

Se pensarmos do ponto de vista social, o *desenvolvimento endógeno* necessita integrar-se como o econômico. AROCENA (1995), em seu livro *Desarrollo local, un desafío contemporáneo*, analisa que a distribuição de renda e de riqueza e o crescimento econômico não são processos que surgem e tomam forma de maneira paralela e que adquirem uma dinâmica comum, uma vez que os atores públicos e privados assumem as decisões e resolvem os problemas locais. Problemas estes que afetam as empresas e a economia local. Portanto, o local é um espaço onde as iniciativas dos diversos atores (públicos ou privados) de uma sociedade organizada se faz e vê realizada.

Pode-se dizer que o desenvolvimento econômico local é um processo de crescimento e de mudança estrutural da economia de uma cidade ou região e que se pode identificar pelo menos três dimensões. Alguns autores como COFFEY E POLESE (1985), STÖHR (1985), VÁZQUEZ BARQUERO (1988 e 2000) e BORJA E CASTELLS (1997) analisam o desenvolvimento local a partir de três dimensões: *a econômica, a sócio-cultural e a política administrativa*. A dimensão econômica, através do sistema de produção permite aos empresários locais utilizar de forma eficiente os fatores produtivos, gerando economias de escala e aumentando a produtividade, permitindo melhorar a competitividade nos mercados. A dimensão sócio-cultural, permite o sistema de relações econômicas e sociais, onde as instituições locais e os valores servem de base para o processo de desenvolvimento. Já as dimensões políticas e administrativas, permitem que as iniciativas locais criam um entorno local favorável à produção e impulsiona o desenvolvimento

de forma sustentável. Esta conceitualização de *desenvolvimento sustentável* constitui um modelo alternativo a aquele proposto pelo paradigma do *desenvolvimento endógeno*, dominante durante os anos 1950 e 1960, segundo o qual o crescimento apoiaria nos processos de industrialização e na concentração da atividade produtiva através de grandes plantas, a partir dos quais os mecanismos desse mercado se difundiriam, e posteriormente, favoreceram o desenvolvimento das cidades e regiões periféricas. O modelo de desenvolvimento local endógeno comparte com o paradigma dos anos 1960 e 1950 que o aumento da produtividade (e portanto, o crescimento econômico) se produz como consequência da geração de economias externas, devidas a três fatores: as economias de escala na produção, a introdução das inovações por parte das empresas líderes e o fluxo de mão-de-obra excedente. Neste sentido, o desenvolvimento local atual se diferencia do desenvolvimento dos anos 1950 e 1960 em pelo menos quatro aspectos: primeiro o desenvolvimento pode ser difuso e necessita estar concentrado nas grandes cidades, segundo os sistemas locais de empresa podem liderar os processos de crescimento, terceiro a mudança estrutural ao gerar economias de escala e por último pode reduzir os custos de transação como exemplo das grandes empresas, que na forma de organização social o sistema de valores locais flexibilizam os mercados de trabalho, com salários relativamente baixos, onde a sociedade civil exerce um controle crescente nos processos de desenvolvimento local.

Falando sobre as relações do desenvolvimento local e o turismo, CALATRAVA (1992) em um artigo sobre turismo rural como recurso endógeno no desenvolvimento local, diz que nas áreas rurais desfavorecidas, a questão está na debilidade estruturais e na limitação das potencialidades o que dificulta pensar um plano estratégico para a região. Assinala que na última década, o reduzido potencial de desenvolvimento tem levado as comunidades locais a considerar o turismo local como uma atividade estratégica. Na realidade, esta eleição somente tem sentido quando se tem condições de demandas e de ofertas, que faz viável as iniciativas e os projetos empresariais. A questão, então é dimensionar adequadamente a oferta turística de maneira que o turismo seja mesmo um elemento que ira impulsionar o desenvolvimento local.

Existem outros casos, cujas áreas tem um potencial de desenvolvimento, os atores públicos e privados necessitam de uma política de desenvolvimento local muito bem estruturada. Para realizar um plano de desenvolvimento, é necessário organizar um diagnóstico da área que indicará seus pontos débeis (dificuldades de mercado da atividade principais, sejam ela agrícola, industrial ou extrativa, baixa resposta empresarial e organizativa, ou a qualificação dos recursos humanos). Neste diagnóstico normalmente utiliza-se a metodologia DEFO, onde analisam as debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades (VERA,J.F. et all, 1997).

Existem fortalezas nas quais podemos basear as estratégias de desenvolvimento local, como por exemplo os recursos humanos, os recursos naturais não utilizados, a economia de atividades prévias, a previsão de serviços básicos e secundários e a identidade local (BOTELHO e UEDA, 2003). A partir daí é possível elaborar um plano de desenvolvimento local, em que a diversificação setorial seja um dos pontos de apoio da reestruturação produtiva da economia local. O elemento chave pode ser a comunidade local que diante da necessidade reaciona e trata de dar uma resposta competitiva. Em outros casos, quando existe uma vantagem comparativa na produção de alguns bens e serviços (como o turismo), os esforços das políticas se dirigirão a fortalecer a competitividade das empresas.

Por último, em algumas cidades ou regiões, cujo crescimento econômico se ajusta ao modelo de desenvolvimento endógeno, o diagnóstico mostra quais são as necessidades (acessibilidade, mudança tecnológica) a satisfazer e como as empresas locais, através da diferenciação da produção e da internacionalização da produção, poderiam manter seus mercados. A partir do momento que existe um *saber-fazer* empresarial, as melhores práticas recomendam que a política econômica local se concentre em criar um entorno mais competitivo (BOTELHO, SOARES E UEDA, 2003). O governo local pode resolver os problemas, através de iniciativas encaminhadas para melhorar o entorno e as condições da produção.

### **O Turismo como articulador entre o território e o desenvolvimento local**

O turismo é um fenômeno espacial de natureza complexa e concebida como um conjunto de atividades diversas, tem constituído e constitui um fator de transformação e um componente estrutural de nossa sociedade. Estas se concentram em distintas manifestações (sociais, geográficas, econômicas, políticas e por isso tem sido abordada por diversas disciplinas científicas (VERA e outros, 1997).

Existem múltiplas definições do fenômeno do turismo, que pode ser agrupado de acordo com a sua função e natureza. Entre as primeiras que podemos citar é a da Organização Mundial do Turismo (1998) que define a atividade turística como: atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano com a finalidade de lazer, por negócios e outro motivos.

Essa definição pretendia superar o modelo tradicional do turismo, em que a concepção econômica era a mais importante na atividade turística. Atualmente, o conceito foi ampliado e estendido, valorizando os aspectos sociais e espaciais. A concepção social do turismo faz um

encamei das motivações e necessidades que leva o turista a se deslocar e as relações que este estabelece uma vez com o lugar de destino. Segundo MONTANER (1996:20) o turismo é o conjunto de relações e fenômenos sociais produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu lugar de residência por motivos que não seja por trabalho e sim cultural, recreativo, de descanso, e de prazer, e que estes deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa

UEDA E VIGO (1997:98) acrescentam que o turismo pode ser entendido como um fenômeno econômico, políticos, social, cultural e ambiental cujos componentes básicos para a reflexão são o homem, o espaço e o tempo.

As concepções espaciais do turismo são evidentes pelo grau de vinculação que a atividade estabelece como o espaço geográfico SÁNCHEZ (1985:104) evidencia que o turismo é aquele deslocamento no espaço realizado por pessoas com o fim de servir-se de outros espaços como lugares de lazer, bem como para desfrutar dos recursos e atrativos geofísicos diferentes que oferece o território no qual o turista vai, bem como para contemplar os elementos genealógicos existentes em ele, é dizer, para admirar resíduos e obras históricas que sobreviveram no território, nas quais se atribui um valor monumental, artístico ou cultural.

É evidente que a atividade turística é um resultado complexo de interrelações entre diferentes elementos. Segundo a OMT (1998:45) podem distinguir em quatro elementos básicos que investem no sistema turístico.

1- *a demanda*: formada pelo conjunto de consumidores - potenciais ou reais- de bens e serviços turísticos;

2- o *espaço geográfico*: base física (suporte) onde tem lugar o encontro entre a oferta e a demanda turística. O espaço geográfico, ademais de suporte, pode atuar como fator de localização, recurso (incorporando a oferta) e como fator de atração turística;

3- *a oferta*: composta pelo conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidas ativamente na experiência turística, e

4- *os operadores do mercado*: são aquelas empresas e organismos cuja função principal é facilitar a relação entre a oferta e a demanda. Entram nessa consideração as agências de viagens e aqueles organismos públicos e privados que, diante seu trabalho profissional são artifícios da ordenação e/ou promoção do turismo.

Percebemos que existem inúmeras definições e enfoques com relação ao fenômeno turístico, ademais de alguns elementos básicos que intervem no sistema turístico. Voltando as definições de turismo, concordamos com CRUZ (2003:5) quando evidencia que o turismo é uma pratica

social, que envolve o deslocamento das pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura.

### **Concluindo...**

As atuais políticas de iniciativas no setor turístico, estão sendo orientadas no sentido de modificar os desequilíbrios sociais e territoriais existentes entre as diferentes regiões. A revalorização das paisagens e da cultura local mediante práticas associadas ao turismo é uma das possíveis alternativas de desenvolvimento local. Entretanto, percebemos que existe uma série de conceitos que temos que analisar que facilitaria as intervenções dos estudiosos em turismo. Neste sentido, a atuação integrada de diversos grupos e de equipes multidisciplinares facilita os estudos do setor turístico, uma vez que podem atuar em diferentes frentes e campos de atuação. As repercussões dessas atuações em uma região ou local deprimido tanto social como territorialmente devem valorizar não somente e sobre uma óptica quantitativa, mas do ponto de vista qualitativo. Portanto, estudar e discutir conceitos como território e desenvolvimento local, este vinculado ao turismo resulta numa análise fundamental com a finalidade de buscar soluções integradas para as áreas mais deprimidas economicamente.

## Bibliografia

- ANDRADE, M.C. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994
- AROCENA, J. *El desarrollo local, un desafío contemporáneo*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.
- BORJA, J. E CASTELLS, M. *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- BOTELHO, D. e UEDA, V. Da Serra ao mar: o espaço geográfico como recurso turístico sustentável – *VII Encontro Nacional de Turismo de Base Local*. Ilhéus, 2003
- BOTELHO, D., SOARES, P.R.R. e UEDA, V. Imágenes y percepciones de la ciudad: prácticas para la educación del patrimonio histórico y cultural. Apresentado no Encontro de Turismo Cultural. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/encuentro2003/ponencias/29%20Educacion%20Patrimonio%20Historico.doc>
- CALATRAVA, J. El turismo rural como recurso endógeno en el desarrollo local. In: CANTO, C. del (ed.) *Desarrollo rural. Ejemplos Europeos*. Madrid: IRYDA/Ministerio de Agricultura y Pesca, 1992.
- COFFEY, W.J. e POLESE, M. Local development: conceptual basis and policy implications. *Regional Studies*, No. 19, 1985.
- CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia - conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 15-47.
- CORRÊA, R.L.. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton e et alli. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1997.
- CRUZ, R.C.A. *Introdução à Geografia do turismo*. São Paulo: Editora Roca, 2003.
- FRIEDMANN, J. e WEAVER, C. *Territory and Function*. Londres: Edward Arnol, 1979.
- GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: University of Virginia press, 1973.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: UFF/Contexto, 2002.
- LEIMGRUBER, W. actores, valores y cultura. Reflexiones acerca del papel de la cultura en geografía. *Boletín de la A.G.E.* N.º 34, 2002, p. 91-103.
- MITCHELL D. *Cultural geography. A critical introduction*. London: Blackwell, 2000.
- MOLTO, E. Y HERNANDEZ, M. El territorio em las políticas de desarrollo local. La función de la geografía em el análisis territorial. IN: *Actas del XVII Congreso de Geógrafos Españoles*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2001, p.418-421.
- MONTANER MONTEJANO, J. *Estructura del mercado turístico*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.
- OMT – *Introducción al turismo*. Madrid: Organización Mundial do Turismo, 1998.

PIORE, M. J. E SABEL, C.F. *The second industrial divide*. Nueva York: Basic, 1984.

POGGIESE, H.A. Desarrollo local y planificación intersectorial, participativa y estratégica. Breve revisión de conceptos, métodos y prácticas. Presentado en: *II Seminario Internacional: Parques tecnológicos e incubadora de empresas. Desarrollo local y gestión tecnológica*. Buenos Aires, 11 a 13 de octubre de 2000.

PORTER, M. *The competitive advantage of nations*. Nueva York: The Free Press, 1990.

RAFFESTIN, C. E TURCO, A. Espace et pouvoir. IN: Bailly, A. Et. Al. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. P.45-50.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: editora Ática, 1993.

SACK, R. *Human Territoriality. Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SÁNCHEZ, J.E. Por una geografía Del turismo litoral. Una aproximación metodológica. *Estudios Territoriales*, N°. 17, 1985, pp.103-122.

SANTOS, M. e Silveira, M.L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STÖHR, W. B. Development from below: The bottom-up and periphery inward development paradigm. In: STÖHR, W. B. e TAYLOR, D.R.F. (eds.) *Development from above or Below?*. Chichester :J. Wiley and Sons Ltd., 1981.

UEDA, V. e VIGO, M.A. Recuperação do ambiente natural e urbano da Lagoa dos Patos em benefício do desenvolvimento da atividade turística em Pelotas/RS. In: RODRIGUES, A. B. (org). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual*. Proyecto CEPAL/GTZ de Desarrollo Económico Local y Descentralización de la División de Desarrollo Económico. Santiago, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirámide, 1988.

VERA, J.F., LÓPEZ PALOMEQUE, F., MARCHENA, M.J. E ANTÓN, S. *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel, 1997.

ZOIDO, F., DE LA VEGA, S. MORALES, G., MAS, R. Y LOIS, R.C. *Diccionario de Geografía Urbana, Urbanismos y Ordenación del territorio*. Barcelona: Ariel, 2000.